

Documentos de prestação de contas

Senhor Presidente,

Senhor Presidente da União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, na sua pessoa cumprimentando uma vez mais todos os seus fregueses,

Caros colegas de vereação,

Senhores jornalistas,

Caros munícipes,

Boa tarde a todas e a todos,

Na presente reunião remetem-se para aprovação pelos Órgãos Autárquicos os documentos da prestação de contas relativos ao exercício de 2023 e o inventário municipal, bem como a proposta de aplicação dos resultados.

Neste contexto, recorde-se que os documentos de Prestação de Contas (Balanço; Demonstração de Resultados; Demonstração das Alterações no Património Líquido; Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão) e demais documentos descritos na Instrução n.º 1/2019, de 6 de março e na Resolução n.º 6/2022, de 5 de janeiro de 2023, do Tribunal de Contas) individuais das autarquias locais decorrem da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e do n.º 2 do Artigo 65.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Lei do Enquadramento Orçamental), devendo ser apreciados pelos órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, e enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, ou seja, até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam (de acordo com o n.º 1 do Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro).

Em termos gerais, as demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade. Especificamente no que se refere ao setor público, os seus objetivos são proporcionar informação útil para a tomada de decisões e para a responsabilização pela prestação de contas relativamente aos recursos que lhe foram confiados.

O Relatório de Gestão é, assim, o instrumento de demonstração de maior relevo, porquanto resume de forma clara e precisa a situação económica e financeira reportada a 31 de dezembro, evidenciando os indicadores mais significativos relativos aos recursos humanos e à situação financeira, patrimonial e execução das Grandes Opções do Plano (GOP) de 2023, permitindo avaliar a atividade desenvolvida durante o ano em análise.

II.

Assim sendo, **no que concerne aos Recursos Humanos, verificou-se no ano de 2023 um acréscimo de 68 trabalhadores**, que se traduziu numa variação positiva de 3,54% no número total de trabalhadores do Município em efetivo exercício de funções, **perfazendo um total de 1.989 trabalhadores a 31 de dezembro de 2023** (dos quais 60,4% do sexo feminino e 39,6% do sexo masculino, com predominância da faixa etária compreendida entre os 40 e os 49 anos, que representam 33,23% do total, existindo ainda 75 trabalhadores portadores de deficiência, maioritariamente na carreira de Assistente Operacional).

Em termos de repartição dos efetivos por tipo de vínculo contratual, **o Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado mantém-se como a relação jurídica com maior expressividade (92,8%)**, o que corresponde a 1845 trabalhadores (sendo que o maior aumento face ao ano de 2022 ocorreu nos trabalhadores em comissão de serviço, em virtude da alteração da estrutura orgânica desta Câmara Municipal, consagrada no Despacho n.º 13219/2022, de 14 de novembro de 2022). Ainda neste contexto, constatou-se que, **em termos de antiguidade na função pública, predominam trabalhadores com menos de 5 anos (423) e trabalhadores entre 20 e os 24 anos (410)**, o que ilustra uma tendência inversa à de anos transatos, no que diz respeito ao envelhecimento do mapa de pessoal da Câmara.

Há ainda a destacar que, em 2023, foram celebrados 46 acordos de mobilidade (na categoria, intercarreiras e intercategorias), registou-se a entrada de 225 novos trabalhadores e 155 saídas definitivas de trabalhadores (65 das quais por motivo de aposentação), assim como a realização de 43 estágios distribuídos por várias Unidades Orgânicas, abrangendo 30 áreas de formação, sendo que a maioria dos estagiários (23) são oriundos do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC). Este dado evidencia que o Município de Coimbra está atento quer à problemática da inserção na vida ativa dos jovens qualificados, quer ao contexto socioeconómico, promovendo assim oportunidades de formação e desempenho profissional em contexto de trabalho, em resultado da celebração de diversos protocolos com diferentes entidades, conferindo, assim, o necessário enquadramento à realização de estágios.

No ano de 2023, o aumento do número de efetivos do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra traduziu-se num acréscimo do número total de dias de trabalho, tendo-se verificado uma diminuição do absentismo, que se cifrou em 53503 dias de ausência ao trabalho (a que corresponde uma taxa de 12%, o que traduz uma melhoria de 1,5% face a 2022). Neste âmbito, e à semelhança dos anos anteriores, o motivo “Doença” continuou a constituir o fator com maior contributo para o absentismo na Autarquia (74,4%), verificando-se, contudo, que a taxa de crescimento (2,7%) é bastante inferior à registada em 2022 (16,1%).

No ano transato, a Câmara Municipal de Coimbra continuou a apostar na formação dos seus trabalhadores, dotando assim os recursos humanos de competências indispensáveis para a melhoria dos serviços prestados, tendo sido apresentado um

Plano Formativo, que contemplou um conjunto de ações que tiveram em conta o diagnóstico de necessidades identificadas.

Registou-se assim um total de 2168 participações de trabalhadores em 157 ações de formação, com componente interna (72) e externa (85), que traduz um aumento muito significativo face aos 549 trabalhadores que participaram em 120 ações de formação no ano de 2022, a que correspondeu um **investimento total na formação profissional no montante de 187.538 €**.

III.

A nível macroeconómico, verificou-se em Portugal um excedente **das Administrações Públicas no montante de 7 348 M€ em dezembro de 2023**, o que traduz uma melhoria de 10 785 M€ face a 2022 (em que se registou défice).

Para esse resultado, **destaca-se o contributo positivo da Administração Local com um superavite de 254 M€** (- 145,9 M€ face ao de 2022) e um Saldo Primário positivo de 342,3 M€ (433,3 M€ em 2022) **para o qual o Município de Coimbra contribuiu com um saldo de gerência (saldo de Tesouraria de Operações Orçamentais no final de 2023), de 16,68 M€**, superior em 13,171 M€ (+ 375,4%) ao de 2022. Este saldo de tesouraria de operações orçamentais é constituído na sua maioria pela cobrança no final de 2023 dos empréstimos de Médio e Longo Prazo (Lote 1 e Lote 3) e pelos adiantamentos de 25% do montante aprovado de cofinanciamentos PRR.

No que concerne à conjuntura económica, há a salientar que os efeitos do conflito armado na Europa, iniciado em fevereiro de 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia continuaram a fazer-se sentir, verificando-se que a **taxa de inflação anual registada em Portugal atingiu 4,3%**, que embora tenha diminuído face a 2022 (7,8%), **constituiu o quarto valor mais elevado nas últimas três décadas**. Por outro lado, deve igualmente realçar-se **que continuou a escalada observada em 2022 na taxa de juro das operações de refinanciamento** (isto é, a taxa à qual os bancos podem contrair empréstimos junto do Banco Central Europeu) **que atingiu 4,5% em final de 2023, após um ciclo inédito de dez subidas consecutivas (interrompido em outubro de 2023)**, com os inevitáveis efeitos daí decorrentes nos encargos associados às operações de financiamento contraídas pelo Município.

Em termos de análise patrimonial, **no final do exercício económico de 2023, o ativo do Município cifrava-se em 765,6 M€** (acréscimo de 23,7 M€ face a 2022), em resultado do **efeito conjugado de aumentos do ativo não corrente em 18,4 M€** (com destaque para os ativos fixos tangíveis que representam 83,4% do ativo total e registaram uma subida de 18,5 M€, devido sobretudo à aquisição de lotes de terrenos na “Quinta das Bicas” para construção de habitações no âmbito do 1º Direito, no valor de 4 milhões de euros, e a aquisição do sistema de bilhética para o Sistema de Mobilidade do Mondego no valor de 2,5 milhões de euros) **e do ativo corrente em 5,3 M€**.

Por sua vez, a 31 de Dezembro de 2023, a **Autarquia apresentava um passivo no valor de 150,7 M€** (o que traduz um aumento de 26% face a 2022: 119,6 M€), sendo constituído em 73,6% por passivo não corrente e 26,4% por passivo corrente.

Para esse aumento do valor global do passivo, na ordem dos 31 milhões de euros, contribuiu o aumento do passivo não corrente em 24,1 milhões de euros (com destaque para o aumento de 15 M€ das provisões associadas a três processos judiciais em curso: Indemnização por responsabilidade contratual (contratos urbanísticos, cedência de terrenos para infraestruturas municipais), no valor de 14,68 M€; Indemnização por expropriação da Parcela n.º 36 do prédio sito no lugar de Coselhas, da Freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra, no valor de 569.197,24€; Indemnização por danos sofridos na sequência de queda estrada na Quinta da Conraria, no valor de 430 mil euros) **e do passivo corrente em 7 milhões de euros**. Neste último, os “financiamentos obtidos” aumentaram 6,5 M€, em resultado da contabilização do capital em dívida do empréstimo “Construção do Estádio Municipal de Coimbra – Euro 2004”, contratado em 2002 pelo prazo de 25 anos, que foi integralmente amortizado no início de 2024 e substituído por um novo empréstimo, com igual prazo e valor, mas que representará uma redução de encargos totais com juros na ordem dos 730 mil euros, destacando-se ainda o aumento da dívida a fornecedores de 1,7 milhões de euros devido ao aumento do volume de faturas que se encontravam em conferência até ao final do ano e que, por motivos técnicos, não possível liquidar.

No final de 2023, o **património líquido da autarquia totalizava 614,9 M€** (inferior em 7,3 milhões de euros face ano anterior) em resultado do efeito conjugado da diminuição do “Resultado Líquido do Exercício” com o aumento da rubrica “outras variações no património líquido” (para o qual contribuiu, essencialmente, o registo de transferências e subsídios ao investimento, cujas condições de atribuição se encontram cumpridas, e a inventariação de terrenos cedidos ao Município no âmbito de Alvarás de Loteamento).

Relativamente ao resultado líquido do exercício, o mesmo foi negativo no montante de 16,4 M€, o que representa um decréscimo de 18,4 M€ comparativamente ao ano anterior, traduzindo um aumento dos gastos (23,3%) que foi significativamente superior ao aumento dos rendimentos (6,8%).

Para a evolução dos rendimentos, que totalizaram 121,4 M€ em 2023 (mais 7,7 milhões do que no ano anterior) contribuiu sobretudo o aumento de 7,1 M€, por comparação com 2022, registado em “Transferências e subsídios correntes obtidos”. Este aumento justifica-se, em grande parte, devido às transferências de competências na área da Educação e da Ação Social, iniciada em 2023, com mais 3,2 milhões de euros e às transferências superiores em 3,4 milhões de euros, face a 2022, no âmbito do programa de apoio à redução tarifária e aumento da oferta dos serviços de transportes públicos (PART) e financiamento de reforço aos serviços de transporte público (PROTransP), transferidos para os SMTUC e para outros operadores de transportes de passageiros. Neste contexto, a rubrica de “Impostos, contribuições e taxas” representou, em 2023, 48,5% da totalidade dos rendimentos do Município, mas manteve-se praticamente inalterada em valor, em relação a 2022, pois o aumento de

receita relativa a taxas (ainda que, apesar da taxa de inflação registada, as tabelas de taxas não tenham sido atualizadas para o ano de 2023, em função do índice de preços no consumidor, o que implicaria receitas adicionais para o Município em cerca de 500 mil euros) compensou a redução verificada na receita de impostos (traduzindo decréscimos na derrama e IMI familiar, devido à política fiscal municipal mais amiga das empresas e das famílias, e na cobrança de IMT, em resultado de alguma contração do mercado imobiliário, devido, em grande parte, à forte subida da taxa de juro de referência para o crédito à habitação).

Analisando os gastos de 2023, que perfizeram 137,9 M€, constatou-se um aumento de 26 M€ relativamente a 2022, tendo como rubricas com maior peso os gastos com pessoal (34%), os fornecimentos e serviços externos (27%), as transferências e subsídios concedidos (17%) e as provisões (11%). Comparativamente com o ano anterior, **os gastos com pessoal aumentaram 5,6 milhões de euros (13,8%)**, em resultado do aumento da tabela remuneratória e do aumento do número de efetivos, associados a outras atualizações salariais decorrentes da lei, e **os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram 4 milhões de euros (12,5%)**. Para o acréscimo dos FSE, em 4 milhões de euros face a 2022, contribuiu o aumento dos gastos com recolha e tratamento de resíduos sólidos em 2,1 milhões de euros (37,6%), em resultado do aumento do custo do tratamento dos resíduos de 44,54 € para 61,58 € por tonelada, o aumento dos gastos em “serviços sociais” no montante de 1,3 milhões de euros (18,02%), resultante do alargamento dos gastos com o fornecimento de refeições escolares a todos os ciclos de ensino, e ainda ao aumento dos gastos com combustíveis em 849 mil euros, devendo registar-se a redução dos gastos com eletricidade em 326 mil euros devido, principalmente, à diminuição dos custos com a iluminação pública, decorrente ao aumento de utilização de lâmpadas LED.

Num contexto em que a atualização dos preços, decorrente da inflação, teve forte impacto negativo na estrutura de gastos do Município, deve ainda destacar-se que: **o valor das transferências e subsídios concedidos manteve-se em cerca de 24 M€; as provisões aumentaram 15 milhões, decorrente da constituição de provisões para processos judiciais em curso, cuja probabilidade de perda foi considerada elevada; os juros e gastos similares suportados aumentaram 1 milhão de euros em 2023**, em resultado, essencialmente, do aumento das taxas de juro, embora representem apenas 1,1% dos gastos totais.

Os gastos de depreciação e amortização são também uma forte componente dos gastos do município, atingindo os 9,7 milhões de euros (7% do total) praticamente idêntico ao do ano transato. Os impostos foram contabilizados em estrito cumprimento do SNC-AP, segundo o princípio da especialização do exercício (que consiste em incluir nos resultados fiscais os proveitos e custos correspondentes a cada ano económico, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento).

Ainda com base nos valores constantes do balanço e da demonstração de resultados, importa referir que **os Meios Libertos Líquidos** (que são constituídos pelos resultados gerados deduzidos dos custos suportados no exercício, mas que não originam pagamentos, designadamente as amortizações e as provisões) **cifraram-se em 8,3 M€**, tendo diminuído 4,3 milhões euros. Para esta evolução contribuiu o aumento dos gastos com pessoal, FSE e outros gastos, e juros e gastos similares suportados, em 12,3 milhões de euros, conjugado com o aumento dos rendimentos com transferências e subsídios correntes obtidos em 7,1 milhões de euros.

Por sua vez, **o rácio de liquidez geral** (que expressa a relação entre os ativos em dinheiro, ou facilmente convertíveis em dinheiro, e o montante que será exigível a curto prazo) **ultrapassou largamente os 100%**, o que evidencia que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados, enquanto que **os indicadores de estrutura financeira (como por exemplo a autonomia financeira), apesar da evolução desfavorável relativamente ao ano anterior, continuam a confirmar a estabilidade financeira do Município, a baixa dependência de financiamentos externos, o património líquido como principal fonte de financiamento do ativo, e a grande capacidade de solver dívidas quer a curto quer a médio longo prazo.**

Verificou-se ainda, em 2023, **um aumento em cerca de 5 dias do prazo médio total de pagamentos a fornecedores**, que se justifica, em grande parte, pelo aumento do saldo da rubrica de fornecedores conjugado com o aumento dos gastos em FSE, decorrente do acréscimo de preços inerente ao aumento da taxa de inflação (devendo realçar-se que, de acordo com os dados da Direção-Geral das Autarquias Locais, o prazo médio de pagamentos a fornecedores registado na ficha do Município é de 41 dias) **e um acréscimo da capacidade de endividamento do Município de 2,7%** (de 23,4 M€ para 24 M€), pois apesar da contratação de um novo contrato de financiamento bancário (Lote 1), as amortizações de empréstimos contraídos foram em valor superior.

IV.

No que concerne à análise orçamental, a mesma incide sobre o comportamento das receitas e das despesas ao longo de sucessivos exercícios económicos e pretende expressar, de forma sucinta, a evolução da situação contabilística do Município, numa ótica de contabilidade de caixa. Assim, considerando os valores líquidos (de reembolsos e restituições), constatou-se que **a receita total cobrada foi de 158,4 M€ (127,7 M€ em 2022), com uma taxa de execução de 92,1%** (bastante superior ao mínimo legal exigido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, de 85 %).

As Receitas Correntes, no seu conjunto, registaram uma execução de 98,7 % (87,4 % em 2022) e as Receitas de Capital 70,3 % (43,4 % em 2022).

Em relação às Receitas Correntes, verificou-se um acréscimo de 19,7% face a 2022, motivado essencialmente pelos acréscimos nas Taxas, Multas e Outras Penalidades, Venda de Bens e Prestação de Serviços e Transferências Correntes. As rubricas com maior peso relativo, ao nível das Receitas Correntes, que constituem a principal fonte de financiamento do Município e representaram 79,9 % das Receitas Totais de 2023, são

os Impostos Diretos (que representam 34,5% das Receitas Totais) e as Transferências Correntes (31%), que contabilizam, entre outras, a participação nos Impostos do Estado, receitas de cofinanciamentos e receitas da transferência de competências.

Por sua vez, **as Receitas de Capital também apresentaram uma evolução positiva em 2023**, principalmente em resultado do acréscimo das Transferências de Capital (execução dos Fundos Estruturais europeus) e dos Passivos Financeiros (receita proveniente de empréstimos bancários), **com crescimento de 126,4 %**.

Em termos de despesa total paga, a mesma registou um acréscimo de 14,1% em 2023, cifrando-se em 141,7M€, com uma taxa de execução global (por pagamentos) de 82,4%. As Despesas Correntes tiveram uma execução de 89,7% (82,2% em 2022) e as Despesas de Capital 64 % (67,5% em 2022).

Ao nível da Despesa Corrente, que apresentou um aumento de 17,7%, as rubricas com maior peso relativo são a Despesa com Pessoal, que representou, em 2023, 32,6 % do total da Despesa, **e as Aquisições de Bens e Serviços**, com 26,6 %. **No que concerne à Despesa de Capital, verificou um aumento de 2,9%, com destaque para a Aquisição de Bens de Capital**, que representam os investimentos diretos de autarquia (fortemente cofinanciados por fundos comunitários), com um peso de 18,1 % do total da despesa, no montante de 25,7 M€.

A margem entre a Receita Total Disponível e a Despesa Total Paga em cada exercício, resulta por sua vez no Saldo de Tesouraria de Operações Orçamentais (**saldo de gerência**) que é transitado para o exercício seguinte e **que, no final de 2023, foi de 16,7 M€**, representando um crescimento de 13,2 M€ comparativamente ao ano anterior, em resultado dos adiantamentos recebidos no âmbito de candidaturas aprovadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do recebimento dos valores relativos aos Lotes 1 e 3 do empréstimo de Médio e Longo Prazo contraído em 2023. Tendo em conta a Demonstração dos Fluxos de Caixa (que consta das páginas 10 e 11 dos Documentos de Prestação de Contas), comprova-se que **o saldo de gerência, incluindo as operações de tesouraria no ano de 2023, totalizou 22,5 milhões de euros**.

No que respeita ao resultado orçamental do ano de 2023, verificou-se **uma poupança corrente no montante de 16,3 M€** (bastante superior à dos três anos anteriores), que foi utilizada para financiar as despesas de capital.

Constatou-se, ainda, que a **“Regra do Equilíbrio Orçamental”** (que atende à Receita Corrente Cobrada, à Despesa Corrente paga e às amortizações de empréstimos de MLP pagas até ao final do ano) **foi cumprida em 2023 com uma margem de 12,7 M€** (8,5 M€ em 2022), quer no momento inicial da sua aprovação, quer após as 36 modificações orçamentais instruídas.

V.

A contabilidade de gestão é uma ferramenta essencial, que permite o planeamento de uma organização com base na análise dos seus custos e rendimentos, pelo que ao longo dos anos, foi assumindo cada vez maior relevância, em virtude de possibilitar maior rigor

na gestão e melhor perceção de onde os recursos estão a ser aplicados, constituindo um importante auxiliar nas tomadas de decisão dos decisores públicos. Desta forma, no exercício de 2023, foi dado cumprimento ao Decreto-Lei nº 192/15, de 11 de setembro, utilizando-se um sistema de contabilidade de gestão, que permitiu o apuramento dos custos e rendimentos do Município.

Assim, **a partir da análise da distribuição dos custos do Município de Coimbra por funções, é possível concluir que as Funções Sociais representam 48% dos custos municipais e 64 milhões de euros (que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades**, com destaque para o aumento dos gastos respeitantes à educação com a transferência de competências para as autarquias locais da função de resíduos sólidos, em particular devido ao considerável aumento da taxa de gestão de resíduos, Cultura, e Desporto, Recreio e Lazer). **Seguem-se as Funções Gerais, que correspondem a 29% dos custos e representam cerca de 38 milhões de euros** (tendo verificado um aumento acentuado em relação ao ano anterior devido à rúbrica provisões onde se contabilizaram três processos judiciais em curso respeitantes a indemnizações, e que, para efeitos de prestação anual das contas e tendo em conta os critérios legalmente definidos, que obrigam à sua contabilização no ano em que são interpostas as ações), no montante de 14,8 Milhões, **Outras Funções com um peso de 14%** (onde se destacam as Transferências entre Administrações, que se referem essencialmente às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos e às transferências para os SMTUC respeitantes à Compensação no Custo Social dos Transportes, assim como no âmbito do programa PART e ProTransp, respetivamente) **e as Funções Económicas com um peso de 9%** (destacando-se os custos com os Transportes Rodoviários, que dizem respeito à construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização).

Já no que concerne à distribuição dos rendimentos por funções, permite analisar onde foi aplicada a receita dos impostos e taxas municipais cobradas, verificando-se que em 2023, as Funções Gerais representaram 67% dos rendimentos municipais gerados e cerca de 81 milhões de euros, provenientes de Impostos, Taxas e Fundos (com exceção do Fundo Social Municipal), **segundo-se as Funções Sociais com 24%** (onde o maior peso vai para os Serviços Auxiliares de Ensino, onde estão refletidos os rendimentos provenientes das transferências de competências no domínio da educação, materializadas no Decreto-Lei nº21/19, de 30 de janeiro, bem como o Fundo Social Municipal), **as Outras Funções com 5%** (Transferência entre Administrações) **e as Funções Económicas com 4,6%**, em que se destacam os rendimentos provenientes da Renda de Concessão paga pela E-REDES, Distribuição de Energia, S.A., ao Município.

Em termos gerais, verificou-se um aumento total de rendimentos de 8 M€ (7% em comparação com 2022), embora insuficiente para fazer face ao aumento total dos custos de 27 M€ (cerca de 25,6%).

VI.

No que respeita às atividades desenvolvidas durante o ano de 2023 que estão plasmadas nas Grandes Opções do Plano (GOP), constatou-se que **a despesa cabimentada alcançou o valor de 96,4 M€** (superior em 1,1 M€ face a 2022), com uma taxa de execução de 97%, e que **a despesa comprometida ascendeu a 94,4 M€**, com um acréscimo de 7,9 M€ em relação ao período homólogo de 2022, representando uma taxa de execução orçamental de 95% da dotação definida das GOP.

Por sua vez, **a despesa faturada total atingiu 81,9 M€** (superior em 9,9 M€ face a 2022) e **a despesa paga cifrou-se em 80,7 M€** (representando um valor superior em 13% ao verificado em 2022), a que correspondem taxas de execução de 82% e 81% face ao total das dotações orçamentais definidas. **Por Objetivos das GOP, conclui-se que o de maior preponderância, considerando a despesa cabimentada, foi o de “Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana” com o valor total de 33,7 M€, seguindo-se-lhe o Objetivo “Cidade Solidária e Humanista”, com o valor de 24,3 M€,** aos quais corresponderam igualmente os montantes mais elevados de despesa executada.

Tendo em conta as fontes de financiamento das GOP de 2023, considerando os pagamentos realizados, constata-se que **o recurso ao Financiamento Alheio (correspondendo a empréstimos e participações de Fundos Europeus e de outras entidades) foi a principal origem de fundos, com 58,3%** e, em consequência, que o recurso ao Financiamento Próprio foi de 41,7%, o que expressa uma inversão da tendência observada nos anos de 2020, 2021 e 2022.

No respeitante às participações de projetos por fundos europeus e do Orçamento de Estado, foram recebidos 19,2 M€ em 2023, verificando-se que foram candidatas 41 operações a projetos/operações cofinanciadas (Portugal 2020, PRR, outros programas comunitários e Orçamento do Estado), das quais foram aprovadas 35, com instrução de 41 pedidos de pagamentos e 10 projetos encerrados. Finalmente, as taxas de execução acumuladas das participações dos projetos do POSEUR/POISE/PDR2020 e outras candidaturas ao Centro 2020, dos projetos incluídos no PACTO e parcerias com CIM-RC e dos projetos aprovados PEDU foram, respetivamente, de 93,7% (73% em 2022), 93,8% (56% em 2022) e 84,4% (que compara com 62% em 2022). Ao longo do ano de 2023, estes valores apresentam uma tendência fortemente crescente dada a aproximação do encerramento do acordo de parceria Portugal 2020, com a inerente exigência de conclusão física e financeira dos projetos financiados neste ciclo de programação, expressa na taxa de 97% de realização dos fundos comunitários previstos no Orçamento.

VII.

Neste contexto, é importante salientar que esta é apenas a quarta prestação de contas elaborada de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP, sendo assim da mais elementar justiça deixar aqui o profundo agradecimento a todos os trabalhadores municipais, com destaque para os do Departamento Financeiro que, com o empenho,

profissionalismo, dedicação e espírito de missão que é seu apanágio, estiveram envolvidos na elaboração destes documentos, num contexto altamente exigente.

É ainda relevante referir que, pela segunda vez, foram solicitadas às diferentes Unidades Orgânicas que enquadrassem as atividades desenvolvidas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram definidos em 2015 e assumidos por todos os 193 países membros das Nações Unidas.

Os ODS representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global, reconhecendo que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico, ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas.

Estes objetivos globais têm assim como ambição “não deixar ninguém para trás”, através do estabelecimento de uma linguagem comum para todos os *stakeholders*, fixam metas de sustentabilidade, com foco em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir, e estruturam-se em torno de 5 Princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Essa análise está contida no Relatório de Atividades de 2023, que foi elaborado em complemento ao Relatório de Gestão, descrevendo de forma detalhada os investimentos e atividades mais relevantes de todos os projetos e ações municipais que pela sua natureza não são perceptíveis diretamente da análise das informações financeiras, destacando-se neste contexto o contributo para a realização dos objetivos 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 3 (Saúde de qualidade) e 4 (Educação de qualidade)

Sublinho, ainda, que constitui objetivo deste Executivo Municipal proporcionar um serviço público orientado para o cidadão, baseado na coordenação e gestão eficiente dos recursos e na participação ativa dos munícipes, direcionado para o desenvolvimento económico e social e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos que aqui residem, estudam e trabalham, permitindo assim garantir um concelho mais sustentável, seguro, solidário e inclusivo, e que assegure o desenvolvimento coerente e equilibrado do território, preservando em simultâneo o inigualável património histórico da primeira capital de Portugal.

Em síntese:

- o Município, em 31 de dezembro de 2023, dispunha de 16,7 milhões de euros a título de Saldo de Gerência (superior em 13,2 milhões a 2022);
- a nível orçamental, verificou-se uma poupança corrente no montante de 16,3 milhões de euros (em tendência ascendente e quase duplicando o valor registado em 2020), que foi utilizada para financiar as despesas de investimento do Município;
- a regra de equilíbrio orçamental exigida pela Lei das Finanças Locais foi cumprida com uma margem de 12,8 milhões de euros;

- a taxa de execução da receita cobrada foi de 92,1% (bastante superior ao mínimo legal exigido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, de 85 %), o que evidencia forte rigor na gestão e resulta da monitorização permanente da execução orçamental, observada ao longo do ano;
- as funções sociais representaram 48% dos custos municipais, abrangendo os serviços que atendem à satisfação de necessidades dos munícipes (com destaque para educação, ação social e saúde);
- o Município obteve participações de projetos cofinanciados no montante de 19,2 milhões de euros (superior em 8,8 milhões face a 2022), foram candidatas 41 operações (Portugal 2020, PRR, outros programas comunitários e Orçamento do Estado), das quais foram aprovadas 35 (mais 12 do que no anterior);
- a capacidade de endividamento do Município aumentou de 23,4 para 24 milhões de euros;
- o resultado líquido sofreu uma variação negativa de 18,4 milhões de euros, que resulta do comportamento dos gastos e dos rendimentos, cifrando-se em – 16,4 milhões de euros, sobretudo devido ao registo contabilístico na rubrica “Provisões” de importâncias relativas a processos judiciais de anos anteriores que se encontram em curso e com elevada probabilidade de resultar em responsabilidades financeiras para o Município, por motivo de cautela, de boas práticas de gestão e imperativos legais.

As contas foram objeto de apreciação por parte do Revisor Oficial de Contas, que emitiu a respetiva certificação. Tendo em conta que o Município de Coimbra apresenta boa saúde financeira, cumpre escrupulosamente os seus compromissos, e vem prosseguindo uma trajetória de rigor e disciplina orçamental, aguardamos naturalmente a aprovação dos documentos de prestação de contas por esta Câmara Municipal, para que sejam posteriormente submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.